Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

INVESTIGAÇÃO

PF frustra plano do PCC para matar Moro

Corporação prende nove integrantes da organização criminosa que arquitetavam ataques a autoridades, entre as quais, o senador

» ÂNDREA MALCHER

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, nove integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), que planejavam atacar servidores e autoridades públicas. Entre os alvos estavam o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e o promotor de Justiça Lincoln Gakiya. De acordo com a corporação os atos criminosos poderiam ocorrer simultaneamente, em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná e Distrito Federal.

Conforme a PF, o PCC planejava homicídios e extorsão por meio de sequestro. Na ação, batizada de Operação Sequaz, 120 agentes cumpriram 24 mandados de busca e apreensão e 11 de prisão — sete preventivas e quatro temporárias. Foram retidos pela corporação joias, carro de luxo e maços de dinheiro.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que soube do plano da facção há 45 dias, por meio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e informou ao chefe da PF, Andrei Rodrigues. As investidas da organização criminosa tinham como alvos, também, autoridades do sistema penitenciário e da polícia de diversos estados.

Segundo a investigação, os criminosos tinham imóveis alugados na mesma rua onde mora Sergio Moro, em Curitiba. Eles seguiam a família do senador desde, pelo menos, janeiro deste ano. O parlamentar, a mulher dele, a deputada federal Rosângela Moro, e os dois filhos vinham sendo escoltados pela Polícia Militar do Paraná.

O plano da organização criminosa teria sido motivado por mudanças nas regras para visitas a detentos. Moro proibiu as visitas íntimas em presídios federais quando era ministro da Justiça no governo Bolsonaro. Como titular da pasta, ele também coordenou a transferência e o isolamento dos líderes da facção nos presídios de segurança máxima.

Os atentados contra autoridades tinham também como alvo o promotor Lincoln Gakiya, que investiga o grupo criminoso há cerca de 20 anos, além de agentes penitenciários e policiais de Mato Grosso e de Rondônia. A facção estabeleceu como Plano A — o objetivo principal dos bandidos — o resgate de Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, líder do grupo, preso desde julho de 1999.

Monitoramento

Os criminosos comandados por Janeferson Aparecido Mariano, conhecido como Nefo ou NF, receberam, há seis meses, a ordem para monitorar o alvo. Alugaram chácaras na região de Curitiba. Segundo Dino, em uma das chácaras "havia compartimentos sendo preparados". "Compartimentos falsos, paredes falsas. E eles poderiam ser desde para armazenar armamento, droga, como para guardar pessoas", destacou.

Nefo também alugou uma casa perto da residência dos Moro e uma sala comercial ao lado do escritório político do senador, em Curitiba. Os integrantes do PCC fotografaram o cotidiano do casal e dos filhos. Escola, academia, compras e reuniões: tudo foi acompanhado pelos bandidos.

A facção tinha entre seus integrantes, ainda, Reginaldo Oliveira de Sousa, o Rê, da "Sintonia Final dos 14" — grupo responsável pelas ordens dirigidas aos membros do PCC que estão em liberdade. Eles teriam providenciado carros blindados para a ação. Investigadores desconfiam que toda a vigilância sobre a família Moro tinha como provável objetivo o sequestro do senador, da deputada e dos filhos, que seriam mantidos reféns em uma das chácaras, para obrigar o Estado a negociar a libertação de Marcola.

Moro soube em janeiro que era um dos alvos do PCC. Isso aconteceu quando Gakiya e o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Luiz Sarrubbo, levaram a Brasília as informações de uma testemunha protegida ouvida pelo Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco): o senador e sua família estavam sendo seguidos pela "Sintonia Restrita", o setor de operações especiais do PCC.

O ataque às autoridades estava pronto para ser executado quando Gakiya e Sarrubbo chegaram a Brasília. Além de informar à cúpula da PF sobre o caso, os dois avisaram a Polícia Legislativa. (**Com Agência Estado**)

Lula Marques/ Agência Brasil



Moro: "Desconheço planejamento dessa natureza contra promotor do caso, mas especialmente contra um senador"

Projeto de lei endurece penas

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) usou a tribuna da Casa, ontem, para comentar sobre os planos do PCC contra ele e a família, criticou declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito da atuação dele quando era juiz da Lava-Jato e apresentou projeto de lei para endurecer penas a pessoas que praticam crimes contra autoridades públicas que estejam trabalhando em inquéritos.

Moro afirmou que a investida planejada pela facção é decorrente do combate que fez ao crime organizado quando era ministro da Justiça e Segurança Pública. "O que me foi informado é que uma célula do PCC tinha esse planejamento de sequestrar a mim ou minha família pelo trabalho que fiz como ministro. (...) Providenciamos os isolamentos de lideranças do PCC. (...) Fizemos isso para proteger a sociedade", discursou.

O parlamentar citou o nome do ex-presidente Jair Bolsonaro ao se referir às ações de enfrentamento ao crime organizado, apontando que medidas mais drásticas foram tomadas, mas que deveria ter sido feitas "desde 2006, quando aconteceram atentados em São Paulo". Lula era presidente no período.

Ele também criticou uma declaração do petista, na terça-feira, de que deseja vingança por ter sido condenado à cadeia na Operação Lava-Jato. "De vez em quando, ia um procurador para visitar (na prisão). Entravam três ou quatro, e perguntavam 'tudo bem?'. Eu falava 'não tá tudo bem, só vai estar bem quando eu f* com o Moro'", contou o presidente, em entrevista à TV 247. O senador estabeleceu conexão entre a fala de Lula e o plano do PCC.

Moro elogiou a atuação da Polícia Federal e abordou os problemas da segurança pública, citando os ataques no Rio Grande do Norte. "Os fatos de hoje (ontem) revelam uma ousadia que, se não maior, é igualmente assustadora. Desconheço um planejamento dessa natureza contra promotor do caso, mas especialmente contra um senador da República", enfatizou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também se pronunciou sobre o episódio. "A violência que tem como causa alguém que tenha exercido a sua função, suas atribuições constitucionais e seus poderes investidos é algo muito intolerável. Acaba sendo uma agressão às instituições, nesse caso, ao Senado Federal, e uma agressão ao Estado de Direito e à democracia", ressaltou.

Moro defendeu em plenário um apoio suprapartidário ao seu projeto de lei, que torna mais rigorosas as penas a quem comete crimes contra agentes públicos com o objetivo de atrapalhar investigações em curso a respeito de organizações criminosas. A punição, prevê o texto, pode chegar a 12 anos de prisão.

Os líderes do governo no Senado e no Congresso, Jaques Wagner (PT-BA) e Ranfolfe Rodrigues (Rede-AP), respectivamente, e o líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (PT-ES), também prestaram solidariedade ao ex-juiz.

Quatro perguntas para

Rosângela Moro (União-SP), deputada federal

Qual é a sua expectativa em relação à investigação?

Espero que as instituições cumpram seu papel, e as pessoas respondam pelos crimes. O mais importante disso tudo é refletirmos sobre o país que queremos e fazer algo. Queremos que os próximos juízes, promotores, ministros, senadores continuem sendo ameaçados? Que a população continue a se sentir insegura?

Quando vai começar a atuar no projeto do senador Sergio Moro?

Vou conversar com os pares e gostaria de ter a relatoria quando o texto chegar à Câmara. É um projeto suprapartidário. A questão de ameaça a um senador da República e sua família se reflete em todos e é uma ameaça que poderia ser contra qualquer um.

A senhora atribui as ameaças a declarações do presidente Lula ou acredita que ocorreram em razão do trabalho do senador enquanto foi ministro?

Vejo como uma retaliação do crime organizado à atuação do Sergio como juiz no combate ao crime organizado. Retaliação às instituições que combatem o crime. Por isso, é tão importante trabalharmos pela segurança das pessoas que estão realizando o trabalho à frente das instituições.

Quais os aprendizados dessa situação?

Que precisamos olhar para frente e trabalhar para combater o crime organizado. Nossos sonhos serão os promotores, juízes, policiais de amanhã. Não queremos que eles vivam essas ameaças em retaliação ao trabalho deles. Trabalharemos para fazer diferente. (**KH**)

Oposição e governo travam disputa de narrativas sobre caso

A Operação Sequaz, deflagrada pela Polícia Federal, se transformou em embate entre oposição e integrantes do governo Lula. O plano do PCC que tinha como alvo o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e o promotor de Justiça Lincoln Gakiya resultou em uma disputa de narrativas.

Na véspera da operação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, durante entrevista, que, enquanto esteve preso em Curitiba, pensava: "Só vou ficar bem quando f* com o Moro". A proximidade entre a declaração do petista e a operação da PF mobilizou o Planalto.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, convocou às pressas uma coletiva de imprensa e afirmou que as tentativas de associar o presidente às ações de grupos criminosos eram "perversas" e "fora de propósito".

Mais cedo, Flávio Dino, ministro da Justiça, também veio a público refutar a vinculação do presidente com o caso. "É vil, leviano e descabido", disse. "É mau-caratismo tentar politizar uma investigação séria. Investigação essa que é tão séria que foi feita em defesa da vida e da integridade de um senador de oposição ao nosso governo."

Segundo Dino, "não se pode pegar isoladamente uma declaração de ontem, literalmente, e vincular a uma investigação de meses". Ele ressaltou que, desde janeiro, autoridades tinham conhecimento do plano contra Moro e vinham acompanhando os movimentos do grupo criminoso.

Parte da oposição, porém, atacou Lula. O líder do bloco, senador Rogério Marinho (PL-RN), disse que o presidente revelou ter como motivação no cargo "se vingar de pessoas".

Já o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) acusou o governo de disseminar ódio e ser leniente com o crime organizado. "Política não se resolve com tiro e facada. O que a gente sente na prática é que nos acusam de termos um perfil, mas na verdade somos vítimas do ódio", sustentou.

Apesar dos esforços do governo, a associação entre Lula e o plano do PCC tomou as redes sociais. A hashtag "impeachment" atingiu a marca de 34,4 mil publicações no Twitter até a tarde de ontem. Alguns parlamentares, como os deputados Luiz Philippe Bragança (PL-SP) e Carlos Jordy (PL-RJ), usaram a plataforma para pedir o impedimento do presidente.

Dos Estados Unidos, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) comparou o plano do PCC à execução de Celso Daniel, em 2002, e ao atentado de que foi vítima em 2018. "Tudo não pode ser só coincidência. O poder absoluto a qualquer preço sempre foi o objetivo da esquerda", escreveu.

Ed Alves/CB



Dino: "É mau-caratismo tentar politizar uma investigação séria"